

**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**AQUISIÇÃO DE ARMADILHAS OVITRAMPAS E CORRELATOS PARA A  
VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

**Reserva, 12 de maio de 2026**

**1. DO OBJETO.**

1.1. Contratação de pessoa jurídica para aquisição de armadilhas ovitrampas e correlatos para a vigilância sanitária, conforme condições e exigências estabelecidas na tabela abaixo;

1.2. Descrição do objeto:

| ITEM | U.R  | QTDE | DESCRIÇÃO   | CÓDIGO CATMAT | Valor unitário     | Valor total         |
|------|------|------|---|---------------|--------------------|---------------------|
| 1    | UNID | 160  | <b>ARMADILHA OVITRAMPA – KIT ARMADILHA</b><br>01 VASO PLÁSTICO BOCA LARGA, NA COR PRETA, COM CAPACIDADE PARA 750ML, JÁ COM FURO LATERAL NA ALTURA DE 300ML E COM ETIQUETA ADESIVA EM VINIL (À PROVA D'ÁGUA), CONTENDO A LOGO, CÓDIGO DO IBGE E O NOME DO MUNICÍPIO, ALÉM DO NÚMERO DA ARMADILHA E UM AVISO DE ADVERTÊNCIA PARA NÃO REMOÇÃO DA ARMADILHA; 01 PALHETA DE “TIPO EUCATEX” 13X3CM JÁ LAVADA, SECA E COM RÓTULO PARA INSERÇÃO DAS INFORMAÇÕES CORRESPONDENTES A ARMADILHA; 01 CLIPS DE METAL Nº8. | 631393        | R\$ 11,47          | R\$ 1.835,20        |
| 2    | UND  | 2000 | <b>PALHETA DE “TIPO EUCATEX” 13X3CM PARA OVITRAMPA</b> – PALHETA LAVADA, SECA E COM RÓTULO PARA INSERÇÃO DAS INFORMAÇÕES CORRESPONDENTES A ARMADILHA (PRONTA PARA SER UTILIZADA EM CAMPO).  | 631393        | R\$ 1,00           | R\$ 2.000,00        |
| 3    | UND  | 10   | <b>ESTOJO DE ACRÍLICO</b> PARA 20 PALHETAS DE OVITRAMPA.  | 631393        | R\$ 180,81         | R\$ 1.808,10        |
| 4    | UND  | 4    | <b>NICHO</b> PARA AUXÍLIO DA CONTAGEM DE OVOS DE MOSQUITOS NA PALHETA DE OVITRAMPA  | 631393        | R\$ 109,00         | R\$ 436,00          |
|      |      |      |   |               | <b>VALOR TOTAL</b> | <b>R\$ 6.079,30</b> |

1.3. Os bens retratam a realidade atual do mercado, devendo **A CONTRATADA**, entregar os produtos, tendo como referência a data da ordem de fornecimento e o prazo estabelecido;

1.4. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, a presente licitação será realizada individualmente por **ITEM**, por se tratar de itens com funcionalidades autônomas, cujas especificidades técnicas permitem que diferentes fornecedores possam atender de forma independente, sem comprometer a eficiência ou a integração do conjunto. Essa abordagem favorece a ampliação da competitividade, possibilita maior economia de recursos públicos e proporciona mais flexibilidade na aquisição, além de permitir o melhor aproveitamento de fornecedores especializados por item.

- 1.5. A aquisição dos materiais para a Secretaria Municipal de Saúde, será realizada com recursos do Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde – PROVIGIA PARANÁ.
- 1.6. Esse processo se faz necessário, pois a Dispensa Eletrônica nº 22/2026 os itens presentes nessa licitação não obtiveram vencedores.
- 1.7. Os códigos CATMAT utilizados foram identificados, durante a pesquisa, como os mais semelhantes aos itens licitados.

## **2. DO PRAZO DE VIGÊNCIA.**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº. 14.133/2021.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.**

- 3.1. Com base no Estudo Técnico Preliminar que concluiu pela viabilidade da contratação, justifica-se a formalização de processo para contratação de pessoa jurídica visando à aquisição de armadilhas do tipo ovitrampas, placas de eucatex, nichos, estojos, destinados ao atendimento das necessidades da Vigilância Sanitária no desempenho de suas atividades. As ovitrampas, em conjunto com as placas de eucatex, nichos e estojos, são empregadas nas ações de vigilância entomológica, sendo instrumentos indispensáveis para o monitoramento e controle de vetores, especialmente do mosquito *Aedes aegypti*. Tais dispositivos permitem a identificação precoce da presença do vetor e o acompanhamento dos níveis de infestação, subsidiando a adoção de medidas de controle de forma eficiente e em tempo oportuno.
- 3.2. Assim, a aquisição dos materiais em questão é fundamental para garantir a adequada execução das ações de vigilância em saúde, abrangendo o controle vetorial, proporcionando maior confiabilidade nos dados obtidos e embasamento técnico para a tomada de decisões. Destaca-se, por fim, que a contratação de empresa especializada possibilita o fornecimento de insumos dentro dos padrões de qualidade exigidos, assegurando eficiência, padronização e continuidade das atividades desenvolvidas pela Vigilância Sanitária.
- 3.3. Foram realizadas pesquisas de preços no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para compor nossa pesquisa de preços.

- 3.4. O demonstrativo dos quantitativos, com as respectivas pesquisas de preços encontram-se em anexo a este Termo de Referência e conforme o Estudo Técnico Preliminar.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.**

- 4.1. A aquisição de armadilhas ovitrampas e correlatos para a vigilância sanitária, será através de processo de licitação na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, sendo licitado por **ITEM**, conforme disciplinado no Estudo Técnico Preliminar.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

- 5.1. **A CONTRATADA** obriga-se a responder pela qualidade e integridade dos materiais;
- 5.2. As licitantes vencedoras deverão atender a toda a legislação afeta à área e normas técnicas em vigor correspondente à utilização, transporte e acondicionamento dos produtos e embalagens, expedidas pelos órgãos e agências reguladoras competentes;
- 5.3. **A CONTRATADA** deve comunicar a Administração, no prazo máximo de **48h (quarenta e oito horas)** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.4. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada:
- a) O fornecimento do quantitativo total da Nota de Empenho;
  - b) A manutenção, durante toda a execução do contrato, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas;
- 5.5. **A CONTRATADA** é responsável pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/1990);
- 5.6. **A CONTRATADA** não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 5.7. **A CONTRATADA** não poderá utilizar de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze

anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 5.8. **A CONTRATADA** deve aceitar que os quantitativos poderão ser acrescidos ou suprimidos em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, conforme o artigo 125 da Lei 14.133/2021;
- 5.9. **A CONTRATADA** é responsável pela garantia dos itens ofertados (observando os prazos fixados no Código de Defesa do Consumidor);
- 5.10. A SMS rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência;
- 5.11. Não poderão disputar a licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente no edital de licitação;
- 5.12. **A CONTRATADA** deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do objeto, previstas na IN nº. 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (no que couber);
- 5.13. Os bens serão entregues pela adjudicada no Departamento de Vigilância Sanitária, Rua Polônia, nº 882 – Centro – Reserva – Pr, CEP 84320-000;

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.**

- 6.1. A entrega dos bens poderá ser integral ou parcelada, de acordo com a emissão de Nota de Empenho e de Ordem de Fornecimento ou outro documento de solicitação, que será encaminhado pelo fiscal do contrato, sendo que o **prazo de realização de 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento, sendo considerado inadimplemento a entrega de outra forma, ensejando, consequentemente, a convocação da segunda colocada, ensejando ainda as penalidades cabíveis;
- 6.2. O prazo a que se refere o subitem anterior poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que requerido pela adjudicada por escrito, em **48**

**(quarenta e oito) horas** antes do seu termo final e desde que ocorra motivo justificado;

- 6.3. Após a comunicação formal com a empresa a ser contratada, os itens serão entregues pela adjudicada no endereço: Departamento de Vigilância Sanitária – Rua Polônia, nº 882 – Centro – Reserva/Pr
- 6.4. A entrega deverá ser realizada de 2ª à 6ª feira, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h, conforme solicitação da Secretaria, quando serão verificadas todas as especificações exigidas neste Termo de Referência;
- 6.5. A entrega dos itens ocorrerá no prazo máximo de 30 dias, pela empresa vencedora, tendo acompanhamento e fiscalização do fiscal de contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 6.6. **Os itens poderão ser rejeitados** se identificado que os mesmos apresentam alguma avaria, deteriorações, defeitos de fabricação ou má qualidade (no que couber) em desacordo com as especificações neste Termo de Referência, deverá ser substituído;
- 6.7. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 6.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 6.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

- 7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos;
- a) O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
  - b) O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 7.3. Serão fiscais de contrato as seguintes servidoras:
- i. **Olinda Fernandes da Cruz – Matrícula nº 91685;**
- 7.4. **A CONTRATADA** será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem defeitos, incorreções ou má qualidade dos itens, resultantes de defeitos de fabricação ou problemas no transporte e entrega;
- 7.5. **A CONTRATADA** será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não exclua nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- 7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 7.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 7.8. As comunicações entre a fiscalização e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 7.9. O gestor do contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 7.10. Serão exigidos da contratada:
- a) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
  - b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
  - c) Certidão Negativa de Débitos Federais;
  - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

e) Certificado de Regularidade do FGTS.

## **8. PAGAMENTO.**

- 8.1. O pagamento será realizado conforme cronograma estabelecido na Portaria n.º 2321/2018: <https://www.reserva.pr.gov.br/uploads/legislacao/PORTARIA-NR-2321-2018.pdf>, após o recebimento definitivo, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, através de transferência eletrônica para o banco e conta corrente indicada pela Licitante na proposta de preços.
- 8.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
- 8.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
- 8.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
- 8.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
- 8.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica estipulada correção monetária pelo índice do INPC (IBGE) entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação, na modalidade **Dispensa de Licitação**, com fundamento na hipótese do artigo 75, da Lei nº. 14.133/2021, com o critério de julgamento menor preço por item;
- 9.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos;
- 9.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço;



9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar:

a) Habilitação Jurídica:

- I. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores;
- II. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- III. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b) Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- i. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- ii. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- iii. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- iv. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943;
- v. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- vi. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- vii. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## **10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.**

- 10.1. O valor estimado desta contratação é de **R\$ 6.079,30 (Seis mil, setenta e nove reais e trinta centavos)**, conforme relatório de pesquisa de preços em anexo.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento das Secretarias para o exercício de 2026;
- 11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS.**

- 12.1. Este Termo de Referência foi elaborado pelo Assessor de Departamento de Saúde na pessoa da assessora Ana Carolini Monteiro a seguir identificado, em conformidade com a legislação específica e com a necessidade da Administração.

**Município de Reserva, 12 de maio de 2026.**

---

**Ana Carolini Monteiro**  
Assessor Departamento de Saúde  
Portaria 4949/2025